

NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

Transparência Internacional Portugal acompanha com preocupação notícias sobre Operação “Torre de Controlo” e reforça o seu alerta recente sobre o aumento dos riscos de corrupção no setor da Defesa em caso de flexibilização nos procedimentos de contratação pública sem o reforço dos devidos mecanismos de fiscalização

Lisboa, 4 de junho de 2025 – A **Transparência Internacional Portugal (TI Portugal)** manifesta a sua mais profunda preocupação face às suspeitas de corrupção reveladas pela **Operação “Torre de Controlo”**, conduzida pela Polícia Judiciária, que envolve elementos da **Força Aérea Portuguesa** e empresas privadas ligadas a concursos públicos para o fornecimento de meios aéreos de combate a incêndios. As suspeitas incluem **formação de cartel, tráfico de influências, corrupção e abuso de poder**, representando um sério atentado à integridade da contratação pública no setor da Defesa.

Estas revelações surgem num momento especialmente sensível, marcado por uma crescente **pressão europeia para o aumento significativo e acelerado da despesa pública no setor da Defesa** e consequentes propostas nacionais de alteração e agilização do quadro legislativo da contratação pública neste setor, onde se destaca a criação de uma **“via verde” para a contratação na Defesa**, proposta pelo Ministro da Defesa Nacional, para “ultrapassar burocracias” e “complicações” associadas ao controlo do Tribunal de Contas e à litigância pré-contratual.

A TI Portugal reforça que **qualquer proposta de agilização não pode ser feita à custa da fiscalização e da garantia da legalidade**, nomeadamente num setor estruturalmente exposto a riscos de corrupção. A TI Portugal relembra os resultados do **Government Defence Integrity Index 2020**, em que Portugal obteve **44 pontos em 100**, classificando-se com **risco elevado de corrupção**, abaixo da média da UE (59 pontos) e apenas à frente de quatro países da NATO. Entre as áreas mais críticas, aquele barómetro identifica:

1. **A pontuação mínima na área das operações militares**, incluindo missões internacionais;
2. **A falta de fiscalização parlamentar efetiva e procedimentos de controlo eficazes**;
3. **A opacidade nas atividades de entidades públicas** como a idD Portugal Defence;
4. **A ausência de doutrina e orientações claras para a prevenção de conflitos de interesse e enraizamento de uma cultura de prevenção e combate aos riscos de corrupção no setor milita**

A TI Portugal alerta que um reforço de investimento num sector que já hoje representa **1,6% do PIB nacional**, com cerca de **380 empresas e 40 mil postos de trabalho**, tem de ser concretizado com a garantia de **integridade dos investimentos públicos**, não **reproduzindo os erros cometidos no PRR**, onde o fim do visto prévio do Tribunal de Contas e a redução do contencioso criaram **um ambiente de fragilidade legal e fiscalizatória**, que não deve ser replicado. A retórica da “eficiência” não pode justificar a erosão dos controlos constitucionais.

Numa altura em que se inicia uma nova legislatura, TI Portugal reforça as recomendações que emitiu no âmbito da sua iniciativa **Caderno de Encargos Legislativas 2025**, para garantir um equilíbrio saudável entre agilidade, legalidade e integridade na contratação pública, nomeadamente no que se refere:

1. **Transparência plena nos contratos públicos de Defesa**

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL PORTUGAL

Centro Transparente
Av. Rio de Janeiro, 30-A, Piso 1
1700-336 Lisboa, Portugal
Tel. +351 218873412
secretariado@transparencia.pt
TRANSPARENCIA.PT

- Publicação acessível, atempada e integral de todos os contratos públicos, incluindo beneficiários, montantes, critérios de adjudicação e alterações contratuais, incluindo reforço da eficácia da CADA e interoperabilidade entre plataformas de dados públicos.
2. **Fiscalização robusta**
 - Reforço dos poderes fiscalizadores da Assembleia da República e do Tribunal de Contas, garantindo auditorias independentes e eficazes.
 3. **Prevenção de conflitos de interesse**
 - Adoção de planos de gestão de risco em operações e cadeias de comando e implementação de códigos de conduta específicos para prevenir conflitos de interesse e corrupção, especialmente em operações militares e logísticas.
 4. **Consulta pública obrigatória**
 - Envolvimento de especialistas, entidades fiscalizadoras e sociedade civil em processos de reforma legislativa. Consulta pública obrigatória e participação da sociedade civil nas reformas legislativas relacionadas com contratação pública e Defesa.
 5. **Cumprimento dos compromissos internacionais**
 - Alinhamento com as obrigações assumidas por Portugal junto da **OCDE**, da **UE** e das boas práticas internacionais em contratação pública.

A **TI Portugal** continuará a **monitorizar atentamente** tanto o desenrolar das investigações como o processo legislativo que seja desenvolvido reafirmando a sua disponibilidade para colaborar com as entidades públicas e a sociedade civil na construção de um setor da Defesa mais transparente, íntegro e ao serviço do interesse público.

“As suspeitas levantadas pela operação ‘Torre de Controlo’ e as propostas de simplificação da contratação na Defesa expõem fragilidades sistémicas que não podem ser ignoradas. Uma ‘via verde’ não pode significar uma ‘via sem fiscalização’. O reforço da Defesa exige não só mais recursos, mas melhores garantias de integridade e responsabilidade.”— *Margarida Mano, Presidente da Transparência Internacional Portugal*

(fim do comunicado)

Nota aos Editores:

Fundada em 2010, a Transparência Internacional Portugal (Transparência e Integridade, Associação Cívica) é a representante portuguesa da **Transparency International**, coligação global anticorrupção presente em mais de 100 países. A associação dedica-se à investigação, advocacia e sensibilização sobre as causas e consequências da corrupção e da má governação, desenvolve projetos, campanhas de advocacia e ferramentas de monitoramento cívico dirigidas ao empoderamento dos cidadãos e de organizações públicas e privadas para a integridade, em defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

Para mais informações, visite a página da TI Portugal: <https://transparencia.pt>

Contactos:

Maria Ana Lopes, Técnica de Informação e Projetos

comunicacao@transparencia.pt / Telemóvel: +351 927 443 998

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL PORTUGAL

Centro Transparente
Av. Rio de Janeiro, 30-A, Piso 1
1700-336 Lisboa, Portugal
Tel. +351 218873412
secretariado@transparencia.pt
TRANSPARENCIA.PT